

Teorizações sobre o objeto

REFLETIR SOBRE O OBJETO da comunicação e as suas inter-relações com o objeto da semiótica pressupõe entender estas duas ciências como universos de linguagem. No âmbito da ciência da comunicação, os mais recentes e avançados estudos (cultural studies) debruçam-se sobre as estruturas e o contexto histórico enquanto elementos essenciais para o entendimento/compreensão do processo comunicacional. Ora, decodificar estruturas e processos no âmbito da sociedade prevê uma investigação teórica-prática no âmbito da linguagem. Linguagem esta entendida aqui como a prática humana de demarcar, nomear, significar, comunicar, como sistema significante em que se faz, e se desfaz, o sujeito falante.

Se o final do século XX reclama cada vez mais uma polifônica relação entre arte e ciência, e o relativismo científico se concretizou de forma ampla, mais ampla ainda permanece, hoje, a área da cultura enquanto fenômeno antropológico. Dentro dela, não como parte, mas, se possível como parte/todo, o campo da comunicação, imbricado desde sempre com o desta mesma cultura, erudita, popular ou de massa, parece exigir de quem se debruça sobre tais reflexões um ecletismo veemente. Ecletismo, sem dúvida, benéfico, que faz com que interajam, nesta pesquisa, áreas afins como antropologia, sociologia, história, semiótica. Ecletismo, sem dúvida também, limitador, uma vez que as fronteiras, cada vez mais tênues, entre cada ciência impedem, senão invalidam, muitas vezes, o esforço na delimitação do objeto e da área específica de abrangência da reflexão teórica. A não demarcação dos territórios, ainda que tão exaltada atualmente, impede, a meu ver, a legitimação do objeto de estudo e incorre numa certa confusão sobre o estabelecimento do real espaço onde a comunicação se dá enquanto ciência ou enquanto campo teórico propício à reflexão sobre as linguagens que o homem constrói ou ainda, enquanto terreno propício à pesquisa científica. Pesquisa esta

Eliana Pibernat Antonini

Doutora em Letras/USP
Professora da FAMECOS/PUCRS

que, se vem sendo legitimada nos últimos anos, não deixa de apresentar inúmeras inconstâncias típicas de uma área tão interdisciplinar. Não forasó isso, condicionou-se o pesquisador em comunicação a ouvir a voz institucional, mesclada à voz dos interesses momentâneos dos órgãos patrocinadores, ficando sua própria voz abafada por outras tantas vozes que escuta nos mais variados meios e veículos. Correto seria, a meu ver, afirmar que o amplo espaço da comunicação – teórico ou prático – necessita uma certa fronteira demarcada, uma margem, a terceira talvez, que aponte para um território próprio, específico, da geração de sua pesquisa. Território este com bosques densos, no qual o pesquisador, de forma precisa, necessita estabelecer sobre o que, como, com o que pesquisa. Sobre o que, frente a tanta polifonia, debruça-se realmente; qual seu objeto, qual seu arsenal teórico, qual o espaço intermediário neste território que lhe cabe por direito e por dever. Como bem diz João Cabral de Melo Neto, cantado por Chico Buarque, “a parte que lhe cabe neste latifúndio”.

Vista como terreno híbrido, território móvel, a pesquisa em comunicação tem-se voltado para questões mais teóricas, como as de comunicação e cultura ou outras mais direcionadas a campos aplicados, tais como: comunicação e tecnologia, comunicação e imagem, comunicação e linguagem. Esta última relação optando muitas vezes por um instrumento semiótico, indicando sua especificidade à medida que insere a ciência semiótica no eixo da investigação. Percebe-se, então, que neste caso específico, opta-se por um arsenal lingüístico, de suporte semântico, advindo ora do grupo francês construído em torno de Ferdinand Saussure, ora do grupo anglo-saxão, que repensa a teoria lógico-filosófica de Charles Peirce. Há tendências nítidas na recuperação de lingüistas como E. Benveniste, L. Hjmeslev, Greimas e seus seguidores na área da análise do discurso (tais como Pêcheux, La Capra, até Foucault). Há também profundas sistema-

tizações em torno de uma fenomenologia, de uma teoria da percepção e de uma filosofia do signo que dá conta de todo o processo, denominado por Peirce, de semiose ilimitada. Junto ao universo por mim pesquisado, a semiótica passa a ser parte do todo da cultura e da comunicação. Se a cultura comunica em si e por si, o todo dos fenômenos ditos culturais são formas de linguagem que produzem informações sobre os acontecimentos. Dito de outro modo, a semiótica se presta para recortar a cultura enquanto manifestação especificamente humana, mediadora de todos os atos do homem, produto global da práxis humana, amostragem de uma civilização e de um indivíduo. Num sentido mais singular, pois, penso a relação filosofia e cultura, não como um pluralismo cultural, mas como uma história da cultura ocidental e uma história da linguagem humana, com suas implicações antropológicas e ético-políticas. Nesta singularidade, proponho, como teórico, Umberto Eco, que afirma, desde sempre, a necessidade de reconhecer e reconstruir o pensamento semiótico ocidental, relendo todos os filósofos que perceberam, de Crátilo até hoje, a importância fundamental de uma discussão sobre a língua e os outros sistemas de signos, a fim de entender da ética à metafísica. É imprescindível entender Locke e sua insistência ao propor que todo o conhecimento humano se reduz à física, à ética e à semiótica. Ou ainda Aristóteles, percebendo o ser como aquilo que a linguagem expressa de muitas maneiras.

Dito de outro modo, a cultura como um todo é um fenômeno de significação e de comunicação. A Semiótica, diz Eco, já em 1976, é uma disciplina e uma ciência que se estabelece como conhecimento teórico. Ao distinguir sistemas de comunicação e de significação, trabalhando a noção de referente, começa-se a restringir o espaço peculiar a tal disciplina, inserindo-a num amplo campo comunicativo. Assim, a Semiótica passa a ser entendida como uma disciplina que estuda o conjunto da cultura, transmutando em signos uma imensa variedade de objetos e eventos;

definindo como seu objeto "tudo", o universo inteiro. Obrigatoriamente, isto é um grande risco e pode tornar-se uma grande piada, mas é necessário salientar que a semiótica tem a ver com o que quer que possa ser assumido como signo. E é signo tudo quanto possa ser assumido como um substituto significante de outra coisa qualquer. Neste sentido, a Semiótica pode ser entendida como a disciplina que estuda tudo quanto possa ser usado para mentir (Eco, 1980: 4).

Faz-se interessante ressaltar que a semiótica não pode centrar-se numa teoria geral da cultura, porque não se pode reduzir toda a cultura a puros eventos mentais. Isso quer dizer, sim, que se pode estudar a cultura como fato semiótico e que ela pode ser entendida mais amplamente se for abordada do ponto de vista semiótico. Ou seja, objetos, comportamentos, valores funcionais, como tais, porque obedecem a leis semióticas. Em primeira instância, cremos que todo aspecto da cultura pode tornar-se uma entidade semântica, uma vez que existe um modo de considerar todos os fenômenos culturais do ponto de vista semiótico, os fatores culturais. A cultura, como um todo, deverá ser estudada, pois, como um fenômeno semiótico.

Ora, nesta perspectiva, a semiótica estuda todos os fenômenos culturais como fenômenos comunicacionais, ou seja, todos os processos culturais são processos de significação e cada um desses processos parece subsistir unicamente porque sobre eles se estabelece um sistema de significação (Eco, 1980: 5). A descrição de um campo semiótico poderia parecer uma lista de comportamentos comunicativos, sugerindo uma hipótese orientadora do modelo de pesquisa frente ao qual todos os processos culturais possam ser vistos como processos de comunicação; onde cada um desses processos subsistisse porque sob eles se estabelecesse um sistema de significação. Deste modo, todo processo de comunicação entre seres humanos pressuporia um sistema de significação (código) como condição necessária. Seria este código o

universo da semiótica, permanecendo todo o processo no âmbito da teoria da comunicação. Refletindo sobre tais pressupostos, chega-se necessariamente à noção de código e à de interpretante. O código será o elemento comum e, será bem mais, todo um sistema de significação, enquanto o interpretante permitirá decifrar, como prevê Jakobson, o conjunto das unidades textuais (o famoso eixo de seleção que na função poética cede lugar ao de combinação). Uma teoria dos códigos estaria em gestação, na pesquisa, e dela se poderá concluir uma teoria dos sistemas de significação, logo, dos sistemas culturais. Decifrar os meandros textuais pode significar, inclusive, perder-se em bosques cujos jardins possuem bifurcações inúmeras e onde se deva optar por um só deles, o tempo todo. Neste caso, busca-se sempre um leitor-modelo que possa construir sua metainterpretação.

Pensando que toda relação de significação seja uma convenção cultural, deve-se perceber que a comunicação engendra esta relação a partir de um código comum entre emissor e receptor. Tudo isso leva a entender a significação como indispensável para a construção da vida cultural. Sob esta visão, Eco afirma sua análise mostrando que, perante os códigos em crise, criamos novas possibilidades de comunicação. Tal criatividade está fundamentada na idéia de que todo código é, em si mesmo, contraditório. Além disso, todo código reúne, em si, sinais regulados por leis internas, estados de interpretação, possíveis respostas comportamentais, regras que associam elementos díspares. Por isso, os códigos pressupõem sua linguagem e sua própria teoria, o que leva a crer na necessidade de uma análise metalingüística, onde o instrumento para a decodificação dos universos culturais seja a semiótica, uma vez que a arte, a ciência e a comunicação apresentam-se, hoje, como uma contínua metalingüagem, a linguagem que fala de si, de sua própria linguagem (pop art, kitsch, vanguardas, etc., etc.). Todas estas linguagens são vistas como textos num universo

contextual maior, o da cultura global pós-moderna. Permanecendo nos limites do texto, este instrumental semiótico dará conta de compor uma semântica (todos os fenômenos culturais fariam parte da semântica estrutural), uma sintaxe e uma pragmática dos mais diferentes textos possíveis de análise (mensagens publicitárias, tecituras virtuais, arte de próteses). Texto será, pois, o nome que se pode dar a um exemplar empírico de produto de comunicação, e é uma ocorrência concreta que se submete à análise. Um texto é um objeto heterogêneo, um “conglomerado de traços” que podem ser recuperados segundo a teoria (no caso, a semiótica) que se use para identificá-los. Evidentemente, cada teoria irá buscar, em cada texto, os traços específicos que a ela pertencem. Para os lingüistas, de um modo geral, um texto, unidade significante singular, deve ter unidade interna, combinação de tecituras, coesão, coerência. A coesão refere-se à interdependência e interconectividade dos elementos; a coerência é aquilo que permite ao texto “fazer sentido” para um intérprete. Para os estruturalistas mais ferrenhos, o texto, algumas vezes, foi tomado como sinônimo de estrutura narrativa. Porém, frente à linha de pesquisa que aqui represento, o texto é pensado como um tecido imbricado de significações, um objeto possível de ser desconstruído, visando sempre, tal desconstrução, repensar o seu funcionamento. Funcionamento este que só interessará quando vinculado diretamente a seu contexto e as suas condições de produção; quando interligado a sua História. Um texto visto como um universo aberto onde o intérprete pode descobrir infinitas interconexões na visão já tão amplamente divulgada por Umberto Eco.

A saber, num sistema semiótico bem organizado um signo já é um texto virtual e, num processo de comunicação, um texto nada mais é que a expansão da virtualidade de um sistema de signos. A atitude adotada pelo semioticista frente a tal texto deverá ser, sempre, um ato de curiosidade em relação a

um objeto, misterioso no dizer de Eco, objeto que é o signo ou a relação sígnica. Esse objeto, coloca em crise toda a nossa concepção de vida em sociedade, de vida em comum de cultura. Neste viés, aí sim, aparece a ideologia.

Todo signo é ideológico e esta é a proposta de M. Bahktin: a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. A forma lingüística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa, sem a qual não haveria ação, o conteúdo ideológico, o relacionamento como uma situação social determinada, afetam a significação. Toda ação, fazendo parte de um processo de comunicação ininterrupto, é um elemento do diálogo. A ação, compreendida como a réplica do diálogo social, é a unidade de base da linguagem. É de natureza social, portanto ideológica. O signo e a situação social estão indissolventemente ligados. Ora, todo signo é ideológico e os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e, são, portanto, modelados por ela (Bahktin, 81: 31).

Esta busca pela ideologia que imana de um texto, de uma cultura, de um universo comunicacional, é a que sustenta a estrutura de uma linha de pesquisa em semiótica. Resta dizer que toda essa busca se insere num vasto campo onde se questionam, periodicamente, limites, as fronteiras da comunicação e da Semiótica e se pensa o que pode auxiliar a outra e como pode fazê-la. Esta discussão, evidentemente, ocorre entre pares da Teoria da Comunicação, da Análise de Discurso, da História, da Sociologia. Ver a semiótica como uma longa história da lógica filosófica auxilia muito. Ainda mais quando se supera, na análise do corpus escolhido, os limites do texto e chega-se ao contexto, buscando a essência de identidade e do território que agrupa toda e qualquer pesquisa referendada. Onde o distanciamento crítico entre o Sujeito/ Objeto é sempre reiterado e a permeabilidade do objeto reafirma, para mim, que o espaço intermediário da comunicação é o espaço da

história e da cultura, o espaço onde se deseja ver a tradição revisitada traduzida pelas novas gerações de pesquisadores ■

Referências

BAHKTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. Rio de Janeiro, Imago, 1981.

ECO, Umberto. Tratado geral de semiótica. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

ECO, Umberto. Semiótica e filosofia da linguagem. São Paulo, Ática, 1991.

ECO, Umberto. Interpretação e superinterpretação. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

ECO, Umberto. Os limites da interpretação. São Paulo, Perspectiva, 1995

Tilmo Medina

